



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Baptista, Leandro; Cardozo Moreira, Jasmine
Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: a ótica
das comunidades de entorno
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 15, núm. 1, enero, 2017, pp. 195-
210
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88149387012>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: a ótica das comunidades de entorno

Leandro Baptista*

Universidade Estadual do Centro Oeste;

Jasmine Cardozo Moreira**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo possui como objeto de estudo a Unidade de Conservação Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), localizado no centro-leste do Estado do Paraná – Brasil e tem como objetivo geral realizar uma análise da percepção dos moradores de quatro comunidades localizadas no entorno deste Parque, sobre esta UC e sua relação com o Turismo. A metodologia adotada através de uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico, visitas in loco e aplicação de questionários com questões abertas e fechadas para os moradores. Buscou-se identificar com este estudo o interesse que a atividade turística desperta no entorno deste Parque Nacional, no sentido de analisar o potencial de oferta como fator de desenvolvimento e sustentabilidade local. Como resultado, observou-se que a maior parte dos entrevistados mostra-se favorável ao PNCG e à participação ativa na atividade turística.

Palavras-Chave: Parque Nacional dos Campos Gerais; Unidade de Conservação; Comunidade Local; Turismo; Campos Gerais.

Community-based ecotourism at Campos Gerais National Park-PR: The surrounding communities

Abstract: This article focuses on the National Park of Campos Gerais Conservation Unit – Unidade de Conservação Parque Nacional Campos Gerais (PNCG), located in the centre-east region of the State of Paraná – Brazil, and aims to analyse the perception of the residents of four communities located around this park, about this this Conservation Unit and its relation with tourism. The adopted methodology was based on a qualitative research, with a bibliographic survey, *in loco* visits and the usage of questionnaires with open and closed questions to the residents. This study tried to identify the interest that the tourist activity raises around this National Park, aiming to analyse the supply potential as a factor of local development and sustainability. As a result, it was observed that most of the interviewed residents is favorable to the PNCG and to the active participation in the tourist activity.

Keywords: National Park of Campos Gerais; Conservation Unit; Local Community; Tourism; Campos Gerais.

1. Introdução

Pode-se afirmar que na atualidade, cada vez mais as áreas naturais possuem uma maior complexidade de gestão, sobretudo por serem locais que estão além da conservação do meio ambiente, mas que também exercem influência nos âmbitos culturais e sociais.

Esta percepção volta-se também para um olhar mais recente sobre o papel das áreas naturais protegidas exercem em todo o globo, já que diversos são os estudiosos que concordam que um dos atores que mais são impactados pela prática do Turismo desordenado, são os moradores das comunidades locais (Stigliano, 2009; Brandon, 2001; BOO, 2001).

Neste sentido, o Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003) pode ser utilizado como embasamento teórico, visando compreender a oferta local deste segmento em relação às áreas naturais protegidas, as Unidades de Conservação.

* E-mail: leandro.baptista@live.com

** E-mail: jasminecardozo@gmail.com

Diante deste panorama, este artigo possui como objeto de análise o entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), com foco específico nas comunidades que estão nos limites estipulados em sua zona de amortecimento, denominadas: Alagados, Bicaia, Cerradinho e Passo do Pupo, todas localizadas no Distrito de Itaiacoca, pertencente ao município de Ponta Grossa – PR.

O motivo de analisar esta Unidade de Conservação, criada em 2006, sendo a mais recente dentro da categoria Parque Nacional no Estado do Paraná remete-se ao fato de muitos estudos direcionados ao PNCG visem compreender suas fragilidades ambientais, sobretudo com enfoques práticos e teóricos para as Geociências, representando assim, uma lacuna na área do planejamento turístico.

Portanto, percebe-se que para um correto desenvolvimento sustentável e equânime dos benefícios gerados com a criação de Unidades de Conservação, seus efeitos também devem ser repassados de forma direta ou indireta para as comunidades locais, também co-responsáveis pela existência de tais áreas, ao não descaracterizarem-nas antes de sua proteção legal. Assim, objetivou-se neste artigo identificar possíveis oportunidades de inserção da população no PNCG por meio da atividade turística.

Assim, para o levantamento das oportunidades disponíveis neste local, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa da realidade, pois com esta, procura-se prevalecer à pluralidade de opiniões e sentimentos em relação ao tema investigado (Triviños, 1987). Desta forma, através de entrevistas semi-estruturadas que foram aplicadas em 63 residências, buscou-se compreender as formas de atuação na atividade turística que despertam interesse nestes moradores.

Como resultado, verificou-se que o PNCG possui um considerável potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária, sendo capaz de agregar renda, ocupação, valorização sócio-ambiental e cultural para as comunidades investigadas.

2. A proteção da natureza através das Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação (UC) fazem parte de uma importante estratégia de proteção da natureza, visando principalmente, garantir a sobrevivência da biodiversidade e da geodiversidade que serão herdados pelas futuras gerações. Esta preocupação tem relação direta com o atual estágio de desenvolvimento global, uma vez que o ritmo de mudanças provocadas pela ação antrópica no ambiente natural é dada em grande escala e muitas vezes são impossíveis de serem revertidas.

A despeito disto, os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), orientam para a necessidade de alcançar um equilíbrio no uso e comprometimento dos recursos naturais da Terra, ao observar que:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 9).

Percebe-se, portanto, que os benefícios gerados pelos avanços tecnológicos e o estabelecimento de um novo paradigma social, debatidos há aproximadamente três décadas ainda encontram-se presentes na atualidade, tendo o conceito de desenvolvimento sustentável uma íntima relação com os aspectos defendidos através da criação de UCs, que objetivam possibilitar a recuperação de áreas naturais e a manutenção de recursos ambientais.

De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2012), as áreas com proteção são espaços geográficos definidos, reconhecidos e geridos, através de meios legais com fins de conservação do ambiente. A IUCN (2012) destaca também que algumas categorias de proteção, como os Parques Nacionais são essenciais para a subsistência das pessoas, especialmente na escala local.

Além disso, estima-se que o conjunto de unidades protegidas em todo o globo seja responsável pelo armazenamento de aproximadamente 15% do total de carbono gerado na Terra, contribuindo assim, para o alcance das metas dispostas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (IUCN, 2012).

No âmbito federal, o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, assegura que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, (...) impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo”. Respeitando este direito, houve a promulgação da Lei nº 9.985/2000, a qual estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Sistema este responsável pelo gerenciamento das UCs brasileiras (Brasil, 2000).

O SNUC é regido de forma centralizada, deliberativa e consultiva pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e pelo Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo também órgãos executores em níveis estaduais e municipais.

Esta percepção sobre a natureza é relevante, uma vez que o Brasil apresenta grande parte do seu território coberto por vegetação nativa, distribuídas em seis diferentes biomas, sendo: a Mata Atlântica, a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal, onde é possível encontrar aproximadamente 20% das espécies do total de seres vivos do globo (Mazza et al, 2007).

Assim, o SNUC é constituído por Unidades de Conservação de todas as esferas políticas, que podem ter criadas no âmbito federal, estadual ou municipal (Brasil, 2000). Para tanto, procurando promover a efetiva proteção de biomas, o Sistema distingue os níveis de restrição nas unidades por meio de dois grupos de proteção, sendo respectivamente:

- **Unidades de Proteção Integral**, cujo objetivo tange a proteção da natureza e seu uso restrito às atividades indiretas dos seus recursos naturais, ou seja, a utilização que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos, onde se enquadra a atividade turística, e tem como categorias de UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre;
- **Unidades de Uso Sustentável**¹, onde é possível a utilização parcial dos recursos naturais, de maneira sustentável, como se exemplifica através das Reservas Extrativistas e a exploração extensiva por comunidades tradicionais, com fins comerciais ou não (Brasil, 2000).

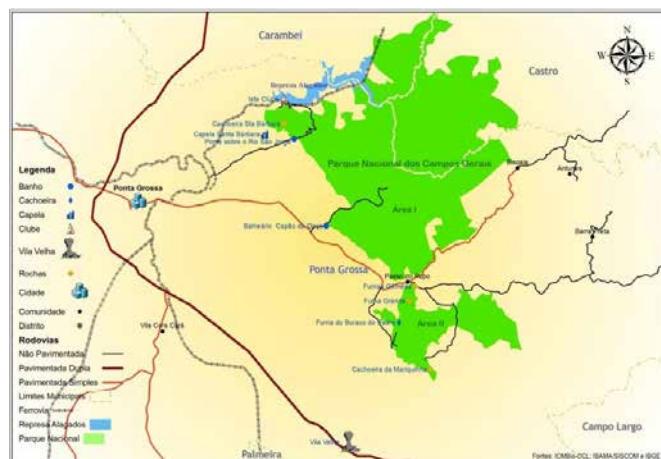
Estes dois grupos são responsáveis por nortear o manejo das áreas protegidas, visando garantir a proteção da biodiversidade de acordo com diferentes níveis de restrição do uso, tendo nas Unidades de Proteção Integral o objetivo de preservar a natureza, tendo sua utilização unicamente de forma indireta, enquanto as Unidades de Uso Sustentável “permitem a interferência humana, de forma equilibrada entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental” (Manarim, 2008, p. 72).

Desta forma, percebe-se que o papel das UCs está desempenhando deve contribuir significativamente para a conservação ambiental, envolvendo a promoção e o cuidado também no que tange aos aspectos: cultural, social e econômico, os quais estão submetidas.

3. Parque Nacional dos Campos Gerais – PR

O Parque Nacional dos Campos Gerais (Figura 1) está situado na região centro-leste do Estado do Paraná, na borda da Escarpa Devoniana, em áreas do Primeiro e Segundo Planalto Paranaense e é composto por 21.286 hectares e está divido em dois polígonos com diferentes tamanhos, tendo no setor norte 18.135 ha e o sul com 3.151 ha, com limites para a Zona de Amortecimento estipulado em 500 m através de seu Decreto de criação (Brasil, 2006).

Figura 1: Disposição dos polígonos do Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: ICMBio, 2012.

Os objetivos que devem ser alcançados ao proteger estas áreas referem-se em “preservar os ambientes naturais (...) com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de Campos Sulinos, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (Brasil, 2006).

Para Oliveira (2012), a região dos Campos Gerais despertou interesse de conservação por abrigar expressivos e extensos fragmentos de floresta com araucária em estado avançado de regeneração próximas à Imbituva, as formações hidromórficas (várzeas) ao longo do rio Tibagi e alguns de seus afluentes, além do mosaico de Floresta Ombrófila Mista, Campos Sulinos e formações rupestres situados entre os municípios de Carambeí, Castro e Ponta Grossa.

O interesse em preservar estes remanescentes foi destacado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio da publicação dos resultados da Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos em 2000. A atenção para estes ecossistemas é ressaltada pelo documento, onde:

Os esforços para a conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos enfrentam grandes desafios. Os dois biomas apresentam altos índices de biodiversidade e endemismo, mas encontram-se em situação crítica de alteração de seus ecossistemas naturais; seus domínios abrigam 70% da população, além das maiores cidades e os maiores pólos industriais do Brasil. O resultado dessa concentração pode ser evidenciado, por exemplo, pelo fato de a Mata Atlântica estar reduzida à 8% de sua cobertura original e figurar entre os 25 *hotspots* mundiais, as regiões mais ricas e ameaçadas do planeta. Da mesma forma, os Campos Sulinos, que se estendem desde o sul de São Paulo até o sul do Rio Grande do Sul, estão sob forte pressão antrópica (MMA, 2000, p. 2).

Em relação aos Campos Sulinos, os diagnósticos também não são animadores. Além da destruição deste ecossistema provocado principalmente por ações antrópicas, como queimadas e a transformação destas áreas em culturas anuais, os estudos sobre estes têm origem muito recente e poucos dados são conhecidos (MMA, 2000; MMA 2009).

Destacando a riqueza presente nestes dois tipos de vegetação, o MMA divulgou indicadores que demonstram que o bioma abriga cerca de 7% das espécies conhecidas no mundo, com muitas destas, ameaçadas de extinção, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Diversidade, Endemismo e Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica (MA) e Campos Sulinos (CS)

Grupo Taxonômico	Total de Espécies		Espécies Endêmicas		Espécies Ameaçadas	
	MA	CS	MA	CS	MA	CS
Plantas VASCULARES	20.000		8.000			
Mamíferos	250	102	55	5	35	13
Aves	1.023	476	188	2	104	10
Répteis	197		60		3	
Anfíbios	340		90		1	
Peixes	350	50	133	12	12	2

Fonte: MMA (2000).

Além dos aspectos voltados à biodiversidade presente no PNCG, este ainda possui grande relevância em relação à geodiversidade (Figura 2), conforme corrobora Oliveira (2012, p. 93) quando o autor afirma “que a composição geológica foi a condicionante fundamental para a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais no local e formato com que foi concebido”.

Figura 2: Exemplo da geodiversidade através do recurso turístico Buraco do Padre – PNCG



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2012.

A razão para tal afirmação consiste pelo Parque estar localizado sobre um segmento do Escarpamento Furnas, local que também é referência para distinguir os limites entre o primeiro e segundo planaltos paranaenses e também sobre o Grupo Itaiacoca, constituído por um pacote metassedimentar de baixo grau com predomínio de rochas dolomíticas, cuja história metamórfica complexa envolveu metamorfismo regional em fácies xisto verde, metamorfismo associado a zonas de cisalhamento regionais, metamorfismo de contato com o Complexo Granítico Cunhaporanga e com os diques de diabásio do Arco de Ponta Grossa (Saunite et al., 2011).

Em relação ao Arco de Ponta Grossa, o mesmo pode ser denominado como um soerguimento da crosta terrestre na borda leste da Bacia do Paraná, ativo principalmente no Mesozóico, que além de promover o levantamento da crosta, o arqueamento das rochas originou feixes subparalelos de fraturas profundas, que deram passagem a magma basáltico, que consolidado formou enxames de diques, constituídos de diabásio (Melo; Assunção, 2013).

Corroborando com Melo et al (2007), Oliveira (2012) cita como principais estruturas geológicas dos Campos Gerais as Estruturas Rúpteis, que destacam-se por representar o desenvolvimento de furnas, depressões e lagoas devido à erosão subterrânea, bem como os movimentos verticais dominantes associadas à ruptura do Gondwana e magmatismo da Formação da Serra Geral; o Arco de Ponta Grossa, por influenciar a aceleração da dissecação e exposição do embasamento, mudança esta que alterou a morfologia do relevo e; os Sedimentos Holocénicos (Quaternário), encontrados nas margens dos principais corpos hídricos (planícies aluvionares) ocorrentes no PNCG.

Assim, pode-se afirmar que as características geológicas presentes na área do PNCG são responsáveis pela maior parte de sua atratividade turística, formados pelas fraturas da Bacia Sedimentar do Paraná e posterior erosão que permitiu o afloramento das rochas e arenitos (Melo; Lopes; Boska, 2009). Estes atrativos são destacados na Tabela 2

Tabela 2: Atrativos turísticos naturais do PNCG

Atrativo	Polígono	Uso Público	Principais atividades
Buraco do Padre – Furna	Sul	Sim	Contemplação, Trilhas e <i>Hikking</i>
Buraco do Padre – Setor Macarrão	Sul	Sim	<i>Rappel</i> , Trilhas e Escalada
Cânion do Rio São Jorge – Local da Ponte	Norte	Sim	Balneário e Lazer
Cânion do Rio São Jorge – Área da Cachoeira	Norte	Sim	Contemplação, Trilhas, <i>Rappel</i> e <i>Hikking</i>
Cachoeira da Mariquinha	Sul	Sim	Balneário, Trilhas, Lazer, Cachoeirismo, <i>Water Trekking</i> , <i>Hikking</i> e <i>Birdwatching</i>
Capão da Onça	Norte	Sim	Balneário e Lazer
Dolinas Gêmeas	Sul	Sim	Contemplação, Trilhas e <i>Hikking</i>
Furna Grande	Sul	Sim	Contemplação, Trilhas e <i>Hikking</i>

4. Ecoturismo de Base Comunitária – O foco sobre o entorno do PNCG

De uma maneira geral, o Ecoturismo de base comunitária refere-se ao segmento do Turismo no qual a comunidade local organiza-se e passa a oferecer produtos e/ou serviços aos visitantes, tendo como principais impactos a valorização local, a geração de benefícios econômicos e a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores, que atuam em conjunto para que todos os membros da comunidade possam ganhar com a atividade.

De acordo com *World Wild Found for Nature* – WWF (2003), o levantamento potencial do Ecoturismo representa uma fundamental etapa no processo de planejamento do local, podendo abranger uma comunidade, região, entorno ou área protegida. Diante disto, busca-se neste tópico, compreender as formas de interação comunitária com a atividade turística, seus impactos e modelos de gestão.

Desta forma, entende-se que o Turismo não irá transformar uma localidade visando apenas para seu uso, mas irá sim, valorizar seu potencial de acordo com as experiências que a comunidade local julgar relevante e apta à comercialização, podendo alocar demais recursos que contribuirão para manter esses centros em atividade cotidiana, o que acaba enriquecendo ainda mais a experiência do visitante (Vinuesa, 2004).

Assim, o envolvimento da comunidade local, ou de representantes definidos pelos próprios moradores do núcleo receptor deve ser estimulado e suas decisões necessitam serem respeitadas e vinculadas no planejamento turístico da destinação. Através desta condição, os objetivos do Ecoturismo começam a ser alcançados, já que os visitantes esperam sair de suas casas para apreciarem espaços alheios à sua vida cotidiana, com traços culturais próprios e dinâmicas de relações sociais singulares que ampliem o universo da viagem (Meirelles Filho, 2005).

Além disso, a comunidade local precisa estar consciente e de acordo com as mudanças que irão acontecer no seu cotidiano, desta forma haverá uma diminuição ou como é desejável, uma anulação da repulsa pelo fluxo contínuo de pessoas entre suas moradias, que trazem novos hábitos, geram mais resíduos, provocam uma sensação de superioridade por estarem “sempre” em férias, etc.

Assim, corrobora-se com a visão do World Wide Fund for Nature – WWF, sobre a comunidade local, quando explica que:

Pessoas da comunidade que têm conhecimentos sobre as áreas naturais podem contribuir no desenvolvimento e na operação do produto ecoturístico. Podem ainda ser capacitados para atuar como guias ou assistentes de pesquisas de campo, pois ninguém conhece melhor sua área do que o próprio morador. Portanto, além de ser fonte de informações, a comunidade local pode contribuir na busca de informações. Deve ser ainda uma das maiores beneficiadas pelas pesquisas. Para isso deve ser consultada e informada sobre a proposta da pesquisa e ter acesso aos respectivos resultados (WWF, 2003, p. 417).

A participação da comunidade pode ser estimulada de diferentes formas, atuando diretamente com o visitante ou não. O monitoramento de trilhas, de atrativos e impactos ambientais são exemplos de

atividades fundamentais para o funcionamento de uma Unidade de Conservação e que demandam pessoas para realizá-los.

De forma direta, visando tanto proteger os aspectos ambientais da destinação, quanto às necessidades econômicas da comunidade, percebe-se que a atividade turística aliada à educação ambiental e à interpretação do patrimônio, pode ser trabalhada em Parques Nacionais, favorecendo assim, sua manutenção, valorização e conservação, de forma planejada e em conjunto com as diretrizes sustentáveis, resultando assim na menor absorção de seus aspectos negativos e na maximização de seus impactos positivos.

Assim, concorda-se com Melo (2007) ao esclarecer que a gestão se configura como um grande desafio contemporâneo, o que inclui não apenas as instituições governamentais, mas também, as populações locais. Por isso, optou-se por diagnosticar o papel dos agentes locais nesta pesquisa, um espaço ainda vago nas investigações sobre o Parque Nacional dos Campos Gerais.

5. Material e métodos

Para responder os objetivos propostos, esta pesquisa foi fundamentada em uma análise qualitativa da realidade (Bauer; Gaskell, 2002), valendo-se de observação em campo. Para tanto, esteve estruturada em cinco etapas, tendo inicio através de uma análise documental.

A segunda etapa consistiu na elaboração das entrevistas para a coleta de dados em campo. Seguindo orientação de Dencker (1998), a pesquisa foi elaborada com as características de investigação exploratória – com perguntas abertas e fechadas em questionário semi-estruturado abordando o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR e atividade de Turismo. De acordo com Triviños (1987, p. 145-6), a “entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados”. Devido à complexidade do tema, a opção por esta técnica foi considerada como de maior confiabilidade para a compreensão do fenômeno investigado pela visão dos pesquisadores.

A elaboração das entrevistas apoiou-se em quatro momentos distintos, respeitando os conceitos da metodologia da pesquisa participante (Demo, 1985). O primeiro momento teve inicio com a investigação teórica de quais comunidades estão alocadas no raio de até 500 metros a partir do limite do PNCG, representando assim seu entorno, para definição da região a ser estudada e à organização do processo de pesquisa. Assim, os sujeitos selecionados para a entrevista foram os residentes fixos ou temporários das comunidades Alagados, Biscaya, Cerradinho e Passo do Pupo, considerando apenas um membro de cada família para responder as perguntas.

O terceiro momento esteve voltado à documentação legal da pesquisa através dos pedidos de aprovação institucional da investigação junto à Comissão de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – COEP da Universidade Estadual de Ponta Grossa e ao Ministério do Meio Ambiente / ICMBio, responsável pela gestão de Unidades de Conservação do país, que inclui o PNCG.

A quarta etapa caracterizou-se pela aplicação das entrevistas nas comunidades, realizada nos meses de agosto de 2012 até julho de 2013. Foram desenvolvidas as entrevistas abordando o PNCG, buscando identificar o entendimento local sobre a motivação de criação do Parque e os atrativos presentes neste e; a atividade turística onde o objetivo concentrou-se em descobrir o interesse pessoal em atuar no Turismo, e em caso afirmativo, de qual forma gostaria de atuar.

A última etapa ocorreu com a tabulação dos dados obtidos através do software *Microsoft Office*[®], através do módulo *Excel 2007*[®] com posteriores formatações de gráficos para melhor visualização e interpretação dos dados. Por fim, os indicadores foram interpretados e analisados para a elaboração dos resultados desta pesquisa.

Para a análise dos dados, foi utilizada uma composição entre a análise documental, à pesquisa bibliográfica, à observação e aos resultados obtidos nas saídas de campo. Neste momento, à visão do autor em relação ao que poderia ser aproveitado pela atividade e não foi citado pelos entrevistados, foi submetida à metodologia SWOT² visando o cruzamento entre o potencial de desenvolvimento e as oportunidades desejáveis para o Turismo, sobretudo para compreender as descobertas visualizadas a partir dos pontos fortes de cada comunidade.

Cabe ressaltar a importância e relevância em realizar um diálogo entre o levantamento teórico com os resultados obtidos coletados através das entrevistas, pois desta forma busca-se de modo mais factível e imparcial sua compreensão.

Concorda-se ainda com Demo (1985, p. 121), onde se entende que “a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos”, tendo como beneficiárias

as populações atingidas por esta. Assim, esta abordagem permite ainda que a fundamentação de novas hipóteses e sugestões possam ser geradas e também colocadas em prática.

6. Resultados e Discussão

Para a apresentação dos resultados, ressalta-se que a única forma de identificação dos entrevistados nos questionários aplicados foi a de gênero, visando utilizar este dado para fins estatísticos. No total, 63 pessoas foram entrevistadas, divididos entre 42 mulheres e 21 homens, sendo que, de todas as tentativas de entrevistas realizadas, apenas uma mulher optou por não responder às perguntas.

Para a sistematização dos resultados encontrados, optou-se por agrupá-los em categorias, conforme segue:

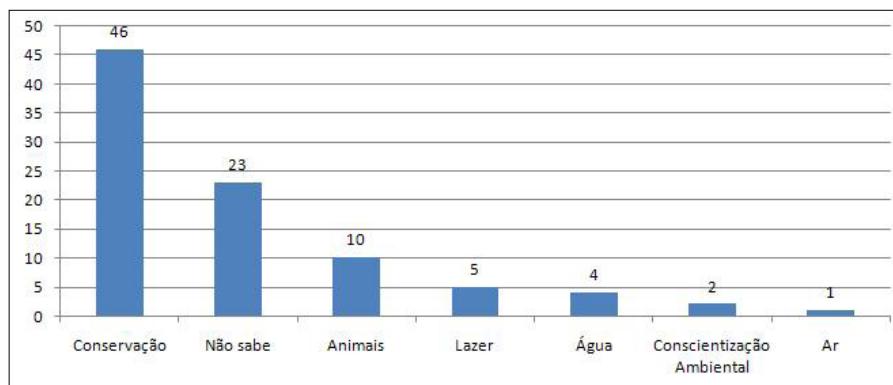
- **Porque o Parque Nacional dos Campos Gerais foi criado?** – Nesta questão, objetivou-se compreender a percepção local sobre os motivos que levaram à criação do PNCG.
- **Quais são os principais atrativos do Parque?** – Buscou-se identificar o reconhecimento dos entrevistados sobre os locais de interesse turístico no interior desta Unidade de Conservação. Optamos por utilizar o termo “Atrativo” durante as entrevistas por acreditar que o uso do conceito de “Recurso” turístico poderia gerar dúvidas ou incomprensão pelos moradores.
- **O que precisa ser melhorado ou implantado para atrair mais visitantes?** – Neste momento, desejou-se compreender o olhar dos sujeitos sobre as deficiências locais para o atendimento de turistas. As respostas desta questão representam necessidades fundamentais, já que os moradores das comunidades convivem diariamente com estes problemas.
- **Existe interesse em trabalhar com atividades voltadas ao turismo?** – Esta pergunta visou identificar a vontade dos moradores em atuar na atividade turística. Para os sujeitos que responderam afirmativamente esta questão, também foi questionado de que forma desejariam participar do segmento.

7. Motivos para a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais

Nos resultados levantados, quarenta e seis respostas apontam como o principal motivo da criação do Parque a necessidade de conservar o meio ambiente, enquanto outras vinte e três pessoas desconhecem o propósito do PNCG. Este valor merece destaque por demonstrar que uma parcela significativa das comunidades não está participando ou recebendo informações sobre esta UC.

As demais respostas indicam relação com a proteção ambiental e ao uso público, sendo respectivamente: dez para animais; cinco para lazer; quatro para as águas, duas para conscientização ambiental e uma para a qualidade do ar. O vínculo com outra possibilidade além das questões ambientais foi sugerido em cinco respostas, que também apontam o lazer como indutor de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, conforme se visualiza no Gráfico 1.

Gráfico 1: Opinião local sobre a criação do PNCG

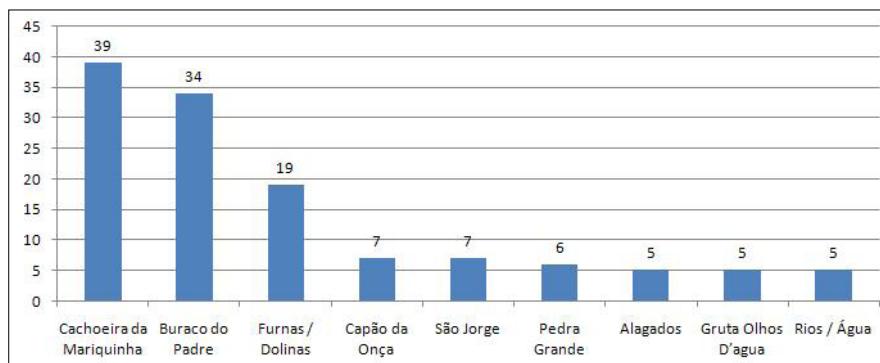


8. Recursos Turísticos Presentes no PNCG

Percebeu-se com estas respostas o reconhecimento local pelos atrativos turísticos localizados em menor distância de cada comunidade, principalmente, o que corrobora com o desconhecimento de informações básicas sobre o PNCG. Cabendo ainda, a associação de diversos outros locais, como a Caverna Olhos D'água e os Arenitos do Parque Estadual de Vila Velha, fora dos limites do Parque, como integrantes deste.

Os atrativos: Cachoeira da Mariquinha, Buraco do Padre e Furnas / Dolinas Gêmeas foram as opções mais lembradas pelos entrevistados com 39, 34 e 19 respostas, respectivamente (Gráfico 2). As demais opiniões remeteram-se sete vezes ao Capão da Onça e ao São Jorge, seis à Pedra Grande, localizada na região do Cerradinho, cinco respostas para a Alagados, Caverna Olhos D'água e às águas. A paisagem, vegetação, animais e àqueles que não souberam responder, foram contabilizados quatro registros.

Gráfico 2: Atrativos do PNCG

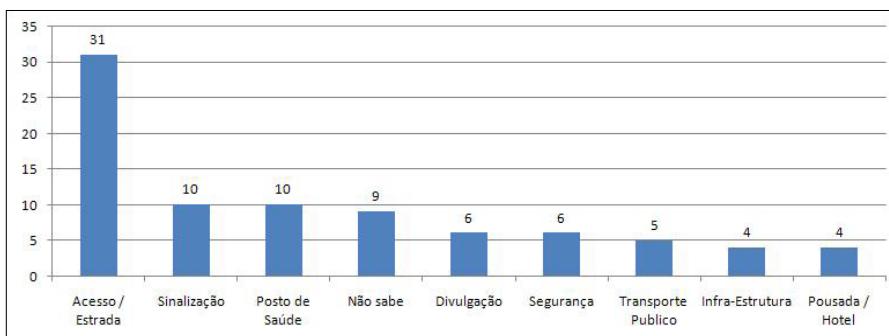


9. Necessidades e Deficiências na Infraestrutura do Parque

Nesta questão, o grupo da segunda resposta mais citada, com dez indicações chama a atenção. Os entrevistados disseram que é preciso a instalação de um posto de saúde, mesmo ao ser reiterado que a instalação seria para melhor atender ao turista. Analisamos esta questão sob o ponto de vista de Maslow (1970), onde a hierarquia das necessidades humanas exige a satisfação de níveis básicos para que então novas demandas sejam geradas. Desta forma, a hipótese de rejeição pela instalação de infraestrutura turística nestes locais, deve ser considerada.

Para as respostas vinculadas à atividade turística, as vias de acesso (estradas) somaram o maior índice de insatisfação, com trinta e uma ocorrências. Outras dez respostas indicaram a sinalização precária e para àqueles não souberam opinar, nove registros foram coletados. A necessidade de maior divulgação e segurança obtiveram seis citações, enquanto a questão do transporte público foi lembrada cinco vezes. Os meios de hospedagem e a infraestrutura específica contaram com 4 respostas cada (Gráfico 3).

Gráfico 3: Necessidades para a infraestrutura



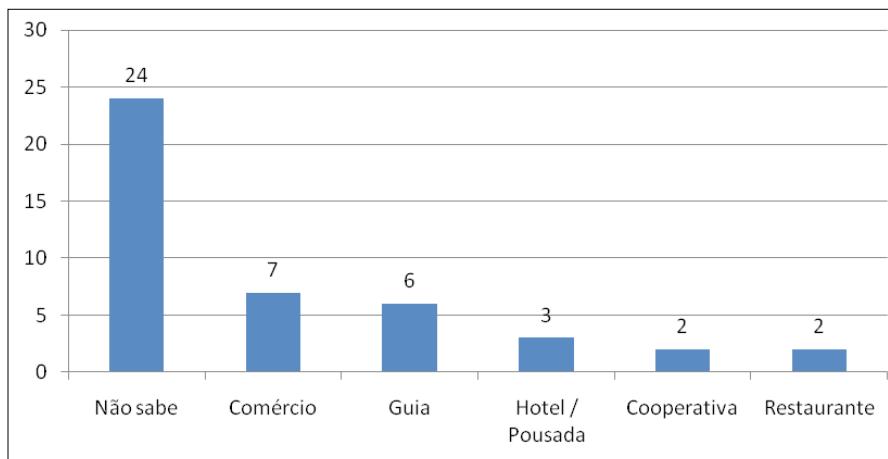
Apesar das respostas anômalas ao tema pesquisado, percebe-se um moderado nível de conhecimento sobre as necessidades turísticas que devem fazer parte do Parque em curto e médio prazo.

10. Desejo em participar da atividade turística

As respostas para esta questão foram de 44 entrevistados com interesse e 21 pessoas que negaram a oportunidade. Estes números fornecem um importante indicador para a composição do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação, pois, ainda que os resultados desta pesquisa demonstrem dados preliminares, representam o início do preenchimento de uma lacuna nos estudos relacionados ao PNCG.

Neste sentido, questionados sobre quais atividades gostariam de participar, a maior parte das pessoas não souberam se posicionar, enquanto as opções de atuar no comércio ou trabalhar como guias foram apontadas sete e seis vezes cada, respectivamente. Outras opções indicam o interesse em construir ou trabalhar no ramo hoteleiro em três respostas além de duas citações tanto para a instalação de cooperativas locais quanto para restaurantes (Gráfico 4).

Gráfico 4: Atividades relacionadas ao Turismo



Sabendo que o Ecoturismo está vinculado majoritariamente no contato direto entre visitantes e a natureza, a localização e o entorno do PNCG favorecem a multiplicação dos seus efeitos para que a comunidade residente também seja beneficiada pela atividade, podendo ser estruturada através do segmento Ecoturismo de base comunitária.

11. Propostas e reflexões

Com base nos resultados obtidos através das entrevistas, são sugeridas propostas para o desenvolvimento de estratégias de consolidação do Ecoturismo de base comunitária na região de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais.

As reflexões que são descritas neste trabalho valem-se dos resultados levantados com as entrevistas em campo, e posteriormente, também são destacadas as análises dos autores sobre as oportunidades em potencial que existem nestes locais e que não foram lembrados pelos entrevistados.

12. Análise dos resultados a partir das entrevistas

- O PNCG e a questão ambiental

Ao abordar os motivos que levaram à criação do PNCG os moradores reconheceram a necessidade de instituir esta UC visando à preservação do meio ambiente, com respostas que envolveram a mata, o ar, ao desmatamento, a proteção à água e à conservação. Além disso, em uma entrevista foi colhida a resposta específica para a proteção das Araucárias, indicando que informações a respeito da diminuição e perda desta espécie de alguma forma têm sido debatido nas comunidades.

Para o grupo de pessoas que desconhecem o motivo de criação do PNCG, algumas situações vivenciadas nas entrevistas auxiliam na compreensão. Em diversos casos, os entrevistados desconheciam os limites da UC e sentiam-se com medo de terem de deixar suas moradias em função da proteção legal estipulada em 2006. Em outros momentos, pessoas que tinham parentes ou amigos trabalhando em áreas de que servem de plantio no interior do PNCG, foram assumidamente contrários a este, alegando que a produção alimentícia é mais importante do que manter o estado natural do espaço.

Esta percepção indica pouco conhecimento em relação à função de UCs e também o desinteresse pessoal destes entrevistados em participar de atividades de lazer em áreas de proteção ambiental, já que o olhar destes estaria condicionado a compreender a paisagem existente como algo incapaz de atrair o interesse de visitação.

- Interesse com atividades que envolvem o Parque Nacional dos Campos Gerais

Os indicadores desta pergunta podem sugerir uma interpretação diferente da realidade experimentada em campo. Ao considerar as respostas contrárias à atuação em segmentos do turismo, percebeu-se que este grupo também não demonstrou interesse em participar de alguma forma na UC. Nesta amostra, o fator localização também pode ter influenciado nestas escolhas, uma vez que a comunidade do Alagados foi a qual apresentou maior resistência em relação ao PNCG.

Dentre as tentativas de entrevistas nesta comunidade, poucas casas contavam com pessoas em seu interior. Esta percepção corrobora com a hipótese de que a maior parte destas moradias serve de uso não contínuo, servindo como um local para períodos de férias e finais de semana. Além destes fatores, o medo de precisarem deixar este espaço, uma vez que muitas casas foram construídas visando a utilização das águas da represa do Alagados como uma “extensão” destas é uma hipótese considerável, que tende-se a se materializar pelo fato desta represa ser responsável pelo abastecimento de água potável de municípios da região.

Sobre as respostas favoráveis, o predomínio se deu na dúvida em relação à forma de atuação no Parque. A população mais jovem, que indicou a oportunidade de atuarem como guias de visita representam um ponto positivo para o PNCG. Ao sentirem-se acolhidos e que fazem parte da UC, diminui-se o exôdo para os centros urbanos e é estimulado o fortalecimento da identidade coletiva das comunidades.

Da mesma forma, os indicativos de interesse em estruturar uma cooperativa de atividades permite que os adultos percebam o Parque como um aliado econômico para suas famílias, quando foram sugeridos a incorporação de parte dos alimentos e produtos desenvolvidos na região para atender aos visitantes.

Por fim, destacam-se as respostas que envolvem diretamente o *trade* turístico, com a construção de hotel e restaurantes. É evidente que na atualidade um visitante que tenha o desejo de permanecer por mais de um dia para conhecer o PNCG terá que hospedar-se nos municípios circundantes a este, sendo Ponta Grossa o mais próximo. A possibilidade de desfrutar do acolhimento de famílias através da hospedagem domiciliar, receber café da manhã sem um preparo padronizado da hotelaria convencional, permitem ao visitante ampliar sua experiência de viagem.

No caso de restaurantes, o sabor da comida caseira, com receitas que só podem ser encontradas naquele local se transforma também em um produto turístico singular, agregando valor, renda, cultura e favorecendo a sustentabilidade da destinação.

- Oferta de infra-estrutura turística

Entende-se que a carência de oferta de infra-estrutura nos locais pesquisados favorecem a exploração comercial deste mercado, contudo, um estudo mais aprofundado sobre a viabilidade econômica se faz necessário, uma vez que a incorporação de estruturas físicas visando beneficiar-se apenas do fluxo de visitantes deve considerar a manutenção destes espaços em períodos de baixa sazonalidade.

Uma opção viável para atender esta demanda poderia ser firmada através da ampliação e melhora qualitativa de locais que já atuam no ramo de alimentos e bebidas. Sabe-se que na região do Biscoia

existe a produção de folhosas através da hidroponia, que pode ser aproveitadas em lanches ou pratos, caracterizando aquela refeição com um “selo” local, agregando valor ao estabelecimento, gerando novos postos de emprego e ampliando os efeitos positivos da atividade.

Por sua vez, a organização de moradores em cooperativas pode ser benéfica para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva gerido de forma democrática. Entre seus benefícios, como tornar o segmento mais competitivo, aumentar o poder de negociação, favorecer a aquisição de conhecimento e de investimento em tecnologia, destacam-se.

Percebe-se, portanto, que os Arranjos Produtivos Locais (APL)³ oferecem um grande potencial de incorporação para estas comunidades, haja visto seus resultados em escala global e linhas de crédito disponíveis por bancos estatais brasileiros. Um APL, de Produtores Rurais, voltado à produção extensiva da pecuária e agricultura, sem prejuízos para a área de entorno da UC pode ser considerado. Como já existe mão-de-obra atuando nestas atividades, a oportunidade seria aproveitada para especializar os moradores, fortalecer a identidade local de jovens com as comunidades e como consequência, favorecer o Turismo.

Sobre a experiência de hospedagem domiciliar, sabe-se que este equipamento é também utilizado no Parque Nacional do Superagui, por exemplo. Para Lynch (2004) esta modalidade é uma forma de hospitalidade comercial em casa particular, ou seja, mesmo local de residência do proprietário. O autor distingue três tipos de hospedagem domiciliar, que inclui a hospedagem dentro de casa de particulares; a hospedagem comercializada, onde o dono reside na unidade, mas o espaço público para o visitante é separado da família e; a acomodação onde o dono não vive no local.

A opção por este tipo de acomodação pode estar aquém do fator competitivo de preço, visto que visitantes podem optar por estes serviços ao identificarem uma forma alternativa de hospedagem, variando assim, da arrumação, decoração e impessoalidade dos meios tradicionais da hotelaria comercial.

Por fim, pensar na comercialização de produtos de forma holística, considerando o deslocamento de visitantes de maneira não homogênea, já que as áreas de uso público restringem as distâncias percorridas no interior do PNCG, se traduz em um planejamento cuidadoso e responsável. Ainda que o serviço de alimentação seja essencial para suprir as necessidades nutricionais da humanidade, o diagnóstico atual do comércio local aponta uma carência de outros produtos para atender a demanda dos visitantes. No momento, não são raras vezes em que os bares e armazéns da região não dispõem de variedades de itens prontos para o consumo, como sanduíches, ou de guloseimas como salgadinhos, biscoitos, balas ou chocolate.

Entende-se que o comerciante não irá aumentar seu pedido diário de pães ou ampliar seu estoque com demais alimentos sem que haja uma maior movimentação em seu local de trabalho, estando este crescimento vinculado ao gradual aumento da demanda. Contudo, as opções de comércio podem ser diversificadas, como será visto na etapa de reflexões do autor sobre os resultados da pesquisa, adiante.

- Oferta de serviços turísticos

Conforme visto, a maior parte das respostas recebidas por aqueles que demonstram interesse em atuar em áreas específicas da atividade turística, apenas um item foi indicado no que tange à produção de serviços, citado como guia de visitação, por seis entrevistados.

A formação de guias está vinculada a um curso técnico e que visa capacitar profissionalmente pessoas para orientar e conduzir visitantes individuais ou em grupos que estão em viagens, passeios ou visitas. Assim, um programa específico para o entorno do PNCG, é viável e pode servir como estímulo para a formação e educação sócio-ambiental dos moradores do entorno.

Neste sentido, se faz necessário o desenvolvimento e trabalhos de educação ambiental em conjunto com o apoio do poder público, através do ICMBio, órgão gestor do PNCG, iniciativa privada e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que por meio de seus departamentos de graduação e pós-graduação podem oferecer subsídios para a elaboração de cursos, palestras, treinamentos, eventos e oficinas de capacitação visando ensinar noções de geologia para o turismo, botânica, meio ambiente, história local, entre outros aspectos relevantes desta UC.

Após a capacitação teórica e prática sobre noções básicas de condução, estas pessoas se tornariam condutores locais de visitantes, cuidando da segurança dos mesmos, prestando informações e esclarecimentos, contribuindo para a redução de resíduos no interior do PNCG, entre outros.

Certamente os efeitos multiplicadores de programas como este trarão novos benefícios com o investimento através do repasse de informações para familiares. Em caso de interesse, os cursos podem também incluir demais integrantes das comunidades para que se consiga estabelecer a Educação Ambiental para adultos e principalmente para crianças, que aprenderão desde cedo a necessidade de se adotar práticas sustentáveis ambientais no dia-a-dia.

- Deficiências

As hipóteses preliminares de identificação dos entrevistados foram confirmadas no que tange aos aspectos físicos, como a manutenção das vias de acesso, a sinalização, o transporte público e a segurança. Contudo, as respostas que as comunidades forneceram demonstram que a preocupação em relação à saúde e o acesso à telecomunicação também se fazem presentes no cotidiano das famílias.

Sabendo que a problemática que envolve a tríplice dos serviços públicos que mais são citados como de qualidade precária (saúde, educação e segurança) trata-se de um fenômeno de ordem nacional e não cabe à resolução destes quesitos através de UCs. Entretanto, políticas que tratem de ações que amenizem estes problemas como a disponibilidade de ambulância que faça o transporte de doentes para centros urbanos próximos devem ser formuladas.

Em relação à visitação, as estradas, a sinalização, a segurança e o transporte público são os itens que mais chamam a atenção, pois representam necessidades básicas para que a atividade turística possa desenvolver-se. Demais elementos, como a construção de ciclovias, saneamento básico e a administração dos resíduos sólidos são itens que não foram citados, podendo ser interpretados no item infraestrutura, porém, quando questionava-se o que poderia envolver este conceito, os entrevistados não sabiam se posicionar. Este resultado pode demonstrar que as entrevistas são instrumentos complementares de análise, tendo em vista a probabilidade de carências no nível de instrução dos entrevistados.

Percebe-se que para o desenvolvimento turístico da potencialidade existente na área do PNCG dependerá do investimento público na região. Dificilmente a iniciativa privada irá construir equipamentos hoteleiros, serviços de alimentação, agências receptivas sem que aja em contrapartida do poder público em um maior cuidado com solidificação desta UC.

13. Outras oportunidades identificadas

Além das propostas trabalhadas no tópico anterior, percebeu-se também através das saídas a campo, demais oportunidades para ampliar os benefícios do PNCG para as comunidades de entorno, mas não identificadas pelos moradores. Neste caso, optou-se por registrar estas impressões através da metodologia de análise SWOT, detalhada previamente, onde destacam-se quatro estratégias, discutidas a seguir.

- Produtos artesanais

A venda de *souvenirs* contribui para aumentar a experiência do visitante com a viagem, remetendo-o a memórias que vão além de fotografias. O artesanato local deve ser estimulado por representar um objeto que só pode ser encontrado no PNCG, possuindo características que o distingue de produtos globais. Além desta função simbólica, também gera renda e ocupação dos artesãos. Assim, verifica-se que o artesanato pode ser aproveitado no comércio local como bares, lanchonetes, restaurantes ou pousadas.

De acordo com Cascudo (1971, apud Horodyski, 2006), artesanato é todo objeto utilitário, não importando o material utilizado para sua produção. Neste sentido, madeira, papel reciclado, sementes de araucária ou cascas do pinhão podem servir como matéria prima para a execução dos trabalhos, como porta retratos, por exemplo. Camisetas e bonés com estampas relacionadas ao PNCG, seus atrativos ambientais, geológicos, culturais e sua biodiversidade representam alternativas viáveis.

Em relação a produtos alimentícios verificou-se que na comunidade do Cerradinho, o grupo da Terceira Idade, elabora doces em conserva, sem a adição de conservantes artificiais e os frutos utilizados para este fim, são em grande maioria, cultivados no próprio vilarejo. Agregar valor a este trabalho, vinculando-o ao cotidiano dos moradores de entorno do PNCG constitui mais uma oportunidade, como um produto alimentar artesanal, com mão-de-obra predominantemente familiar.

- Participação de moradores em serviços do Parque Nacional dos Campos Gerais

A necessidade de contratação de colaboradores para atuar como monitores, atendentes, brigadistas, fiscais dos recursos naturais, formação de equipes de resgate em caso de acidentes, entre outros, terá que ser suprida e também pode absorver em certo grau a participação de moradores das comunidades de entorno nestes serviços.

Em relação a uma UC como o PNCG, o trabalho de monitoria são fundamentais para a avaliação do turismo sustentável. Os resultados imediatos com estas ações podem ser resumidos na redução de importação de mão-de-obra de cidades próximas, o estímulo ao crescimento de empreendimentos pertencentes aos moradores do entorno e a diversificação de atividades econômicas locais.

Para tanto, os gestores do Parque devem expor as limitações e as oportunidades existentes, incluindo os aspectos relacionados aos processos de terceirização previstos. Este encontro do poder público com as comunidades pode servir para incentivar e criar oportunidade para o diálogo, para que os moradores visualizem oportunidades de negócios e possam firmar ações cooperadas para atuar nestas deficiências.

- Agricultura familiar

O cultivo de alimentos por proprietários rurais da região pode ser utilizado por equipamentos que ofereçam alimentos aos visitantes, como bares, lanchonetes ou restaurantes. A compra deste produto cultivado no entorno do Parque, favorece a economia solidária, fenômeno recente que vem ganhando destaque na atualidade e que agrega valor ao produto final.

Além do consumo direto destes alimentos, roteiros que incluam a visitação ao local de produção, permitindo que o visitante possa degustar os produtos colhidos por eles mesmos, vivenciar e aprender sobre o modo de cultivo são desdobramentos que formam o diferencial da viagem. Além disto, agrega-se valor pelo consumo imediato da produção, mesmo em pequena escala, no sentido de beneficiar de produtos in natura, transformando-os para que possam ser oferecidos ao visitante, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições entre outros.

A atividade pode ainda receber certificações pela Secretaria da Agricultura Familiar, chamado Selo da Agricultura Familiar. Esta certificação agrega valor ao produto, uma vez que para recebê-lo, os produtores ou as cooperativas promovem a sustentabilidade, responsabilidade social, ambiental e da cultura local por valorizarem a produção regional.

Entende-se, portanto, que a prestação de serviços relacionados à hospitalidade ao visitante fazem com que foco na produção primária de alimentos seja compartilhada com às práticas comuns à vida no campo, onde a criação de animais, o cultivo da terra, as manifestações culturais, a culinária e a paisagem, passam a compor um novo produto turístico.

- Cadeias produtivas

A articulação entre a competitividade local oferece um melhor retorno de investimentos e a valorização dos produtos de base comunitária. Cadeias articuladas que envolvam os meios de hospedagem, os serviços de alimentação (restaurantes, bares e lanchonetes), comércio de artesanato e de produtos típicos e os prestadores de serviços (guias), tendem a caracterizar a destinação, construindo uma identidade para si.

Esta infra-estrutura que dá forma a atividade turística ao prestar serviços e oferecer produtos visando garantir conforto aos visitantes e gera riquezas por meio da comercialização destes, multiplicando seus benefícios para provedores de insumos e matéria prima. Além destes, a necessidade de recursos humanos capacitados e o uso de tecnologias representam também impactos positivos com a adoção de uma estratégia competitiva através das cadeias produtivas.

Por fim, resume-se no Quadro 1, as propostas identificadas através das entrevistas em campo e pela análise do autor através deste estudo.

Quadro 1: Resumo das propostas levantadas em campo

Propostas obtidas através das entrevistas	Propostas a partir da análise SWOT
Comércio – Produtos alimentícios industrializados e manipulados	Produtos Artesanais – <i>Souvenirs</i> com materiais que remetam ao PNCG
Guia – Interpretação e Educação Ambiental	Agricultura Familiar – Fornecimento de produtos e segmento potencial de desenvolvimento: Turismo Rural
Hospedagem – Caráter domiciliar	Serviços – Brigadistas; Monitores da qualidade de trilhas, recursos naturais; Equipe de Resgate; Beneficiamento de resíduos recicláveis; Atendentes, etc.
Cooperativa de Turismo - Multisegmentar	Cadeias Produtivas – Articulação entre prestadores de serviços com a participação de demais atores, como Grupo de Terceira idade que produz doces em conserva; Produção de bombons; Incorporação do cultivo de folhosas (hidroponia) em demais estabelecimentos; Estruturação de um “Selo Local” para fortalecer a identidade da região.
Restaurante – Culinária local	

Fonte: Os autores, 2013.

14. Considerações finais

Verificou-se através dos resultados obtidos com a pesquisa que o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR possui um considerável potencial de agregar renda, ocupação, valorização sócio-ambiental e cultural para as comunidades presentes em seu entorno.

Contudo, devido às dimensões desta UC e a delimitação gerada pelo recorte espacial aplicado neste estudo, pressupõe-se que diversas outras oportunidades, não somente no segmento do Turismo, Educação e Interpretação Ambiental devam fazer parte de Parque. Da mesma maneira, os benefícios devem também ser absorvidos por demais comunidades não abrangidas no atual cenário, bem como às populações urbanas de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, já que a infra-estrutura básica destes municípios oferecem condições de uso e atratividade para os visitantes.

Neste sentido, espera-se que este trabalho possa contribuir para a gestão do PNCG e que novas propostas possam nascer, visando sobretudo, garantir a divisão equânime dos benefícios gerados a partir da criação desta Unidade de Conservação.

Bibliografia

- Bauer, M. W; Gaskell, G. (Orgs.).
 2005. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. 516 p.
- Boo, E.
 2002. O planejamento turístico para áreas protegidas. In: Lindberg, K.; Hawkins, D. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. cap. 1. p. 31-58.
- Brandon, K.
 2001. Etapas básicas para incentivar a participação local. In: Lindberg, K.; Hawkins, D. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. cap. 6. p. 225-255.
- BRASIL. Decreto s/nº, de 23 de março de 2006. Cria o Parque Nacional dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, 24 mar. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10796.htm>. Acesso em: 10 set. 2012.
- BRASIL. Governo Federal.
 Lei nº 9.985/2000. Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 08 abr. 2012.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
 1991. Nosso Futuro Comum. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- Demo,
 1985. P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: Brandao, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 104-130.
- Horodyski, G. S. *O artesanato dos Campos Gerais do Paraná*. 2006, 130 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

- Lynch, P; Macwhannel D.
 2004. Hospitalidade doméstica e comercial. In: Lashley, C; Morrison, A. (orgs.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. São Paulo: Manole, 2004. 440 p.
- Manarim, S. K.
 2008. *Desapropriação para a criação de unidades de conservação: um estudo de caso da implantação do Parque Nacional dos Campos Gerais*. 2008, 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.
- Mazza, C. A. S. et al.
 2007. *Roteiro Metodológico para a conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Dados eletrônicos. Colombo: Embrapa Florestas, 2007. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/313849/1/doc144.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2013.
- Meirelles Filho, J.
 2005. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental. In: Neiman, Z.; Mendonça, R. *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 3. p. 41-60.
- Melo, G. M.
 2007. *A leitura de gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange*. 2007, 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- Melo, M. S. et al.
 2007. O patrimônio natural dos Campos Gerais e o desenvolvimento sustentável. In: Melo, M. S.; Moro, R. S.; Guimarães, G. B. *Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 23, p.221-227.
- Melo, M. S; Assunção, H. K.
 2007. Arco de Ponta Grossa. In: *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/arco.htm>>. Acesso em 03 jul. 2013.
- Melo, M. S; Lopes, M. C; Boska, M. A. 2005. Furna do Buraco do Padre, Formação Furnas, PR – Feições de erosão subterrânea em arenitos devonianos da Bacia do Paraná. In: WINGE, M et al. (Edit.). *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio110/sitio110.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente.
 2000. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Instituto Estadual de Florestas, MG. Brasília, MMA/SBF. 40 p.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente.
 2009. *Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Valério De Patta Pillar... [et al.]. Brasília, MMA. 403 p.
- Oliveira, E. A.
 2012. *O Parque Nacional dos Campos Gerais: processo de criação, caracterização ambiental e proposta de priorização de áreas para regularização fundiária*. 2012, 279 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- Saunite, D. M. et al.
 2011. Metadolomitos Talcificados do Grupo Itaiacoca, Paraná: Regime de Fluidos e Implicações Genéticas. *Revista de Geologia USP*. v. 11, n. 1, p. 171-187, abr. 2011.
- Stigliano, B. V.
 2009. *Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, S.P.* 2009, 203 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP. WWF Brasil.
 2003. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470 p.

Notas

- ¹ Também fazem parte deste grupo as UCs: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- ² Sigla referente ao original em inglês: *Strength, Weakness, Opportunities e Threats – SWOT*.
- ³ APL's são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Recibido: 01/11/2014
Reenviado: 06/03/2016
Aceptado: 11/05/2016
Sometido a evaluación por pares anónimos